

Hegemonia e pacificação na assistência de segurança dos Estados Unidos para Colômbia e México no pós-Guerra Fria

Hegemony and pacification in the security assistance of the United States to Colombia and Mexico in the post-Cold War

JOÃO ESTEVAM DOS SANTOS FILHO | joaoestevam08@gmail.com / Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Membro do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e Pesquisador Associado do Instituto Sul-Americano de Pesquisa e Estratégia (ISAPE)

ALEXANDRE FUCCILLE | alexandre.fuccille@unesp.br / Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) na graduação e no PPG em Relações Internacionais “San Tiago Dantas” (UNESP/UNICAMP/PUC-SP). É doutor em Ciências Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e membro do Grupo de Estudos em Defesa e Segurança Internacional (GEDES).

Recebimento do artigo Maio de 2021 | **Aceite** Agosto de 2021

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo de identificar uma complementaridade entre os conceitos-chave de hegemonia e pacificação para explicar a assistência de segurança dos EUA à Colômbia e ao México no pós-Guerra Fria. Parte-se aqui da hipótese de que tal síntese pode contribuir para um melhor desenvolvimento da tradição crítica da Economia Política Internacional e dos Estudos Críticos de Segurança de duas maneiras principais: por um lado, o conceito de hegemonia proporciona uma importante base de interpretação dos fenômenos de segurança sob uma perspectiva estrutural. Por outro, o conceito de pacificação pode dar conta de suprir a escassez do debate sobre o emprego dos meios coercitivos na reprodução de uma ordem hegemônica. Para a execução desta pesquisa foi feita uma revisão de literatura sobre os conceitos de hegemonia e pacificação. Foram coletados e analisados dados referentes à assistência de segurança dos EUA para Colômbia e México de bases de dados internacionais. Também foram coletadas informações sobre o emprego interno das forças de segurança dos dois países latino-americanos por meio de análise de documentos públicos norte-americanos, colombianos e mexicanos. Informações adicionais foram coletadas em fontes secundárias.

Palavras-chave Hegemonia; Pacificação; Estados Unidos; Colômbia; México.

Abstract: The present work has as its objective to identify a complementarity between the key-concepts of hegemony and pacification to explain the security assistance of the USA to Colombia and Mexico in the post-Cold War period. It starts from the hypothesis that this synthesis can contribute for a better development of the critical tradition of International Political Economy and of the Critical Security Studies in two main ways: on the one hand, the concept of hegemony gives an important interpretation basis of the security phenomena under a structural perspective. On the other hand, the concept of pacification can help to provide the scarcity of the discussion about the

employment of the coercive means in the reproduction of the hegemonic order. For the execution of this research, there has been done a literature review about both the concepts of hegemony and pacification. There has been collected data about USA security assistance to Colombia and Mexico from international databases. There has also been collected information about the internal employment of the security forces from both Latin American countries through the analysis of North-American, Colombian and Mexican public documents. Additional information was collected from secondary sources. **Keywords** Hegemony; Pacification; United States; Colombia; Mexico.

1 INTRODUÇÃO

A emergência da chamada Teoria Crítica no campo das Relações Internacionais a partir da década de 1980 forneceu importantes subsídios não apenas para repensar ontológica e epistemologicamente essa área de estudos, mas também para desenvolver novas concepções teóricas que foram vinculadas principalmente à Economia Política Internacional (EPI). Em que pese esses desenvolvimentos teóricos, os autores ligados a essa tradição pouco desenvolveram o papel que os mecanismos estatais de coerção tiveram na criação e na reprodução das relações econômicas internacionais. Por outro lado, desde a década de 1990 tem sido desenvolvido um corpo de estudo conhecido como Estudos Críticos de Segurança (ECS), que partem de uma crítica epistemológica semelhante à da Teoria Crítica, ou seja, se colocam contrários às perspectivas positivistas dos Estudos de Segurança.

Nesse sentido, buscando integrar a EPI crítica de vertente neogramsciana e os ECS, o presente trabalho tem como objetivo realizar uma complementaridade entre os conceitos-chave de hegemonia e pacificação para explicar a assistência de segurança dos EUA à Colômbia e ao México no pós-Guerra Fria. Parte-se aqui da hipótese de que tal síntese pode contribuir para um melhor desenvolvimento das duas tradições através de duas maneiras principais: por um lado, o conceito de hegemonia proporciona uma importante base de interpretação dos fenômenos de segurança sob uma perspectiva estrutural. Por outro, o conceito de pacificação pode dar conta de suprir a escassez do debate sobre o emprego dos meios coercitivos na reprodução de uma ordem hegemônica. Dessa forma, os dois fenômenos partilhariam uma relação simbiótica.

Assim, o trabalho aplicará essa síntese na compreensão da assistência de segurança dos EUA para Colômbia e México no pós-Guerra Fria. Partindo do entendimento de que as relações entre EUA e os países latino-americanos podem ser consideradas hegemônicas, foram escolhidos esses dois casos, pois foram os que mais receberam apoio de segurança norte-americano no período (SECURITY ASSISTANCE MONITOR – SAM, 2021a), inclusive tendo sido elaborados um programa de assistência para cada um: o Plano Colômbia e a Iniciativa Mérida. Ademais, ambos países passaram por significativas crises de segurança, tendo sido verificadas uma atuação coercitiva mais incisiva por parte do Estado (AVILÉS, 2017).

Para a realização desta pesquisa, foi feita uma revisão de literatura sobre o conceito de hegemonia segundo os autores da tradição crítica neogramsciana e o de pacificação a partir dos autores dos ECS de inspiração materialista histórica. Para a análise dos dois casos foram coletadas informações de bases de dados internacionais – sobretudo das pertencentes ao *Stockholm*

International Peace Research Institute (SIPRI) e ao *Security Assistance Monitori (SAM)* – relativas à assistência de segurança dos EUA para Colômbia e México. Também foram analisados documentos da área de segurança e defesa de agências estatais norte-americanas, colombianas e mexicanas a fim de coletar informações tanto sobre o apoio estadunidense às forças de segurança dos dois países, quanto sobre a atuação destas. Por fim, também foram coletados dados sobre a assistência de segurança dos EUA para os dois Estados e a respeito do emprego de suas forças militares em fontes secundários.

Os casos de Colômbia e México foram escolhidos por duas principais razões: em primeiro lugar, esses são os países que mais receberam assistência norte-americana em segurança na América Latina durante as décadas de 2000 e de 2010 (SAM, 2021a), o que oferece contribui para o entendimento da relação de complementaridade entre hegemonia e pacificação em sua dimensão concreta, na medida em que são representantes desse processo na América Latina. Assim sendo, sua análise pode contribuir para a compreensão de outros casos na região. Em segundo lugar, seu estudo permite compreender como dois países com formações históricas e socioeconômicas diferentes passaram por processos semelhantes, o que contribui para identificar a existência de certa regularidade no desenvolvimento de processos de pacificação nessas sociedades e no modo como são inseridas no esquema de relações hegemônicas na região.

O presente artigo encontra-se dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda trata da complementaridade dos conceitos de hegemonia e pacificação. Nela serão descritos o desenvolvimento de cada termo e serão identificadas as complementaridades capazes de contribuir para a compreensão do emprego das forças de segurança na construção de uma ordem hegemônica. A terceira seção aborda o caso colombiano a partir dessa síntese, identificando como hegemonia e pacificação estão presentes na assistência contrainsurgente norte-americana. A quarta analisa o caso mexicano, compreendendo como ambos conceitos podem ser articulados na interpretação do auxílio estadunidense ao emprego das forças armadas na guerra às drogas. Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, ressaltando as potencialidades encontradas no esforço teórico, tanto em termos de racionalidade quanto de eficácia nas análises empíricas.

2 HEGEMONIA E PACIFICAÇÃO: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA

A importância do emprego de aparatos coercitivos para a reprodução das relações sociais internas e externas aos Estados nacionais têm sido ressaltada por trabalhos de diferentes tradições. Marx (2017) atribui importância à violência das instituições estatais para a realização do processo de acumulação primitiva, que foi empregada na separação do trabalhador de seus meios de subsistência e na sua transformação em força de trabalho. Por sua vez, ao conceber o Estado racional como um elemento fundamental para a existência do capitalismo, tanto em nível doméstico quanto internacional, Weber (2004) afirma que sua gênese e seu funcionamento ocorrem por meio do emprego de meios coercitivos para a formação de um sistema de dominação burocrática. Também Tilly (1996) entende que o emprego da violência nas relações entre os Estados europeus foi um fator determinante não apenas da política internacional, mas

da própria constituição interna dessas entidades. Desse modo, uma compreensão completa das relações internacionais e da economia política internacional só é possível com um maior entendimento sobre o uso organizado e sistemático de aparatos coercitivos.

Em sua reformulação teórica sobre o entendimento da dinâmica do sistema econômico internacional, Cox (1981; 1983) se propõe a interpretar os fenômenos internacionais a partir de três principais conceitos: estrutura histórica e hegemonia. Nessa perspectiva, ele procurou relacionar três principais ferramentas de poder existentes em estruturas históricas, ou seja, a capacidades materiais (ligadas à organização da produção), as ideias e instituições, baseado em uma perspectiva multidimensional das relações de poder (COX, 1981). Outros autores dessa tradição, tais como Gill (1983), Robinson (1996) e Rupert (2000), também desenvolveram esses aspectos para compreender os fenômenos da EPI. Apesar disso, o emprego organizado e sistemático da coerção nas relações internacionais, na forma de aparatos militares, tem sido pouco tratado nessa literatura. É nesse sentido que uma aproximação dos conceitos de hegemonia – de grande importância para essa tradição crítica – e de pacificação – oriunda dos ECS – pode ser vista como uma importante ferramenta para preencher essa lacuna.

De acordo com Cox (1981), hegemonia é uma relação de poder entre atores fortes e fracos – ou dominantes e subordinados –, nos quais os últimos aceitam as relações de poder prevalentes como legítimas. Isso ocorre na medida em que a parte dominante tiver predisposição “a fazer concessões que irão assegurar o consentimento do fraco em sua liderança e se eles [os mais fortes] podem expressar essa liderança em termos de interesses universais ou gerais, ao invés de apenas servir seus próprios interesses particulares” (COX, 1981, p. 137).

Entretanto, deve-se atentar para o fato de que as relações hegemônicas de poder possuem um caráter estrutural, ou seja, são reproduzidas pelas relações sociais. No contexto capitalista, a hegemonia é perpetuada pela expansão das relações de classe existentes em determinado espaço nacional para outras áreas geográficas. Dessa forma, a hegemonia deve ser considerada como “uma ordem dentro de uma economia mundial com um modo de produção¹ dominante que penetra em todos países e se liga a outros modos de produção subordinados” (COX, 1983, p. 171). Dessa forma, uma ordem hegemônica pode ser tratada como resultante de uma determinada estrutura histórica. Esta, por sua vez, pode ser compreendida em termos de três forças sociais: capacidades materiais, ideias e instituições. Além disso, tal estrutura pode ser analisada segundo três níveis (ou esferas) de atividade: organização da produção (relacionado às forças sociais engendradas pelo processo de produção); forma do Estado (derivado a partir das dinâmicas do complexo Estado-sociedade) e ordens mundiais (configurações particulares de forças que definem as questões de guerra e paz) (COX, 1981).

Avançando nessa perspectiva, Gill (1983) propõe que uma abordagem neogramsciana de hegemonia deve considerar três principais dimensões: compatibilidade de ideias dominantes; instituições e capacidades materiais em nível tanto nacional quanto internacional na economia política global. Além disso, ele também entende que as relações hegemônicas se dão entre classes sociais dominantes e subordinadas na esfera internacional. Seguindo as ideias elaboradas por

1 É importante notar que esse conceito na teoria coxiana refere-se a modos de relações sociais de produção, combinando a tradição marxista com a ideia weberiana de “tipo ideal”, com a finalidade de desenvolver uma tipologia própria.

Cox (1983), o autor afirma que a hegemonia se dá por meio de uma lógica dupla de consenso e coerção nas interações entre as classes dominantes e as subordinadas. Por sua vez, em seu tratamento sobre tal conceito, Robinson (1996) dá maior ênfase à ideia de que a sociedade civil é o *locus* fundamental de criação e reprodução de uma hegemonia. Nesse sentido, em vez de privilegiar a ação das instituições internacionais, o autor lança foco sobre o componente ideológico como o aspecto fundamental de uma relação hegemônica

Além disso, o autor foca na capacidade de agência das elites, particularmente das elites transnacionais². Apesar da importância dada à ideologia, ele também identificou as instituições internacionais como estruturas necessárias para a construção da hegemonia, particularmente, na emergência do que ele denomina Estado transnacional, ou seja, o conjunto de estruturas político-institucionais nos níveis nacional e internacional que dão a forma política do capitalismo transnacional (ROBINSON, 2001; 2005). Por sua vez, Rupert (2000) desenvolve a crítica ontológica-epistemológica iniciada por Cox (1981) em relação à EPI e aplica o conceito neogramsciano de hegemonia na análise da construção da ordem mundial pós-guerra pelo conjunto de interesses das frações de classes dos EUA entre as décadas de 1950 e 1970, que compuseram um bloco histórico ligado fordismo-keynesianismo.

É interessante notar que outros autores aplicaram esse instrumental teórico na interpretação das relações entre EUA e os países latino-americanos no período pós-Guerra Fria, tais como Chodor (2015), Avilés (2017) e Biegón (2017). De modo geral, eles compreendem que a hegemonia norte-americana tem se configurado como uma relação estrutural posta em marcha pelas elites políticas, empresariais e intelectuais norte-americanas e transnacionais, voltada para o estabelecimento do projeto neoliberal na região e que encontra respaldo em frações de elites latino-americanas – que Avilés (2017) denomina “coalizões políticas neoliberais”. Por sua vez, o Estado norte-americano tem sido central para a reprodução dessas relações hegemônicas de classe na região.

Em que pese alguns desses autores tenham desenvolvido ideias sobre o emprego de meios coercitivos para a implementação desses interesses de elites, poucos têm dado um tratamento sistemático a esse tema, à exceção de Avilés (2017) e Biegón (2017). O primeiro trata do modo como a “guerra às drogas” foi instrumentalizada pelas elites políticas transnacionais (sobretudo as sediadas nos EUA) como forma de manter a estabilidade da ordem interna dos países da região, particularmente naqueles que passaram por processos sociais disruptivos³. Já Biegón (2017) analisa o emprego de mecanismos de coerção pelo governo norte-americano na América Latina, a fim de compreender como é utilizado pelas elites transnacionais e nacionais norte-americanas para a manutenção da ordem hegemônica.

Apesar de ser comumente utilizado em espaços de formulação de políticas e estratégicas para o setor militar, como no caso das missões de paz ou em operações urbanas (MENDONÇA, 2020), o conceito de pacificação tem sido analisado criticamente por autores de tradição marxista⁴

2 Apesar de não focar nesse aspecto, Cox (1981) também reconheceu a emergência de uma estrutura transnacional de classes com a internacionalização da produção sobretudo a partir da década de 1970.

3 Estes são processos que implicam em alguma ruptura entre setores da sociedade civil em relação à ordem vigente, como no caso dos conflitos armados internos na Colômbia e no México e na escala de violência relacionada ao narcotráfico no último.

4 É importante ressaltar, porém que, a crítica desse conceito também tem sido realizada por autores não ligados à abordagem marxista, mas que também estão inseridos nos ECS.

na área de ECS. Dentre eles, pode-se destacar os trabalhos de Neocleous (2000; 2011; 2014), de McMichael (2011) e Rigakos (2016). Esses autores partem da crítica à distinção entre segurança interna e segurança externa – relacionados ao “poder de polícia” e o “poder de guerra”, respectivamente – e às abordagens tradicionalistas de Segurança Internacional, focadas no emprego das forças armadas em conflitos interestatais. A ideia geral, portanto, é compreender a segurança e suas instituições situando-os historicamente na emergência das relações de produção capitalistas a partir do século XVI.

Procurando relacionar a construção das sociedades civis nos países ocidentais, que surgiram com o fim do modo de produção feudal com o aparecimento de instituições coercitivas estatais – particularmente a polícia⁵ –, Neocleous (2000) estabelece as bases de sua interpretação sobre o papel dos aparelhos de uso sistemático e organizado da violência do Estado. Assim, o autor entende que a formação das instituições de policiamento da sociedade se deu em um contexto de construção de uma nova ordem social marcada pelas relações de mercado e pela divisão fundamental entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores proletarizados. Nesse sentido, o papel das instituições coercitivas estatais têm sido não só o de reprimir os grupos sociais resistentes à ordem capitalista, mas fundamentalmente de fabricar a ordem social por meio do disciplinamento das classes mais baixas para sua posterior proletarização. Esse papel relaciona-se com a ideia marxiana de acumulação primitiva, na medida em que os aparelhos de repressão do Estado foram utilizados para expropriar os produtores e artesãos de seus meios de subsistência para subjugar-los à exploração capitalista (MARX, 2017).

Apesar de esse processo ter se iniciado no século XVI, com a emergência dos Estados nacionais modernos, o emprego dos aparatos de segurança tem sido fundamental para a perpetuação da ordem capitalista na sociedade burguesa até o presente momento. É nesse contexto que Neocleous (2011) emprega o conceito de pacificação. Para ele, essa ordem é caracterizada por um contínuo estado de insegurança, tanto no centro quanto na periferia do sistema internacional. Assim, a segurança é vista como um mecanismo de policiamento e de “fabricação de uma ordem social organizada em torno de uma revolução constante dos instrumentos e relações de produção” (NEOCLEOUS, 2011, p. 193) típicas do capitalismo. Nesse sentido, a pacificação seria uma tarefa importante na garantia da segurança – ou seja, da proteção ao capital e às instituições que o apoiam.

Tendo sido empregado nas atividades policiais e militares coloniais do século XVI e do final do século XIX, bem como no contexto da Guerra do Vietnã, o conceito de pacificação envolve dois aspectos: o “destrutivo”, no sentido de repressão e aniquilação dos grupos sociais opostos à inauguração da nova ordem capitalista – como ilustrado pelas campanhas militares do colonialismo europeu e pela própria ação estadunidense na Indochina. Também há o aspecto “construtivo”, que envolve a reconstrução das relações sociais, agora sob a égide do capitalismo, ou seja, da consolidação da propriedade privada e da generalização processo de acumulação de capital. É assim que a pacificação é entendida como “uma tecnologia política para organização da vida diária por meio da produção e da reorganização dos cidadãos-sujeitos ideais do capitalismo” (NEOCLEOUS, 2011, p. 198).

5 Em sua obra, Neocleous (2000; 2014) não usa o termo polícia para tratar das instituições estatais identificadas como forças policiais, mas do conjunto de instituições jurídicas e da área de segurança que têm o papel de policiar a sociedade.

Por sua vez, essa dimensão construtiva se dá tanto pela criação de instituições políticas, econômicas e sociais que garantam a administração da ordem social – inclusive com atuação dos aparatos coercitivos do Estado –, quanto pela elaboração e propagação de uma ideologia liberal. Esse processo conta com ampla participação das forças militares no gerenciamento da vida diária constitutiva da subjetividade humana e da ordem social nas áreas pacificadas, incluindo a própria construção de uma estrutura de mercado. Portanto, a pacificação ocorre por meio do policiamento das inseguranças diárias da vida organizada em torno da acumulação de capital, sendo central para os projetos de colonização (NEOCLEOUS, 2011).

Além disso, para Neocleous (2011; 2014) e McMichael (2011), a pacificação é uma prática constante tanto nas sociedades capitalistas periféricas quanto nas centrais, tendo inclusive ocorrido em paralelo. É nesse sentido que os autores afirmam que a lógica de segurança é, na verdade, uma lógica de guerra e policiamento. A própria paz nessas sociedades envolve uma lógica de guerra, na medida em que o capitalismo ensina o emprego constante dos aparatos coercitivos estatais e para-estatais na garantia de uma “paz civil” e de uma situação de segurança para a propriedade privada e para as relações de troca e produção características de uma sociedade capitalista.

Portanto, a separação discursiva entre “poder de guerra” (atribuída às forças armadas) e “poder de polícia” (atribuída às instituições policiais) faz parte de uma ideologia liberal que, apesar de assumir a paz como objetivo, acaba normalizando o estado de guerra dentro e fora das sociedades. Essa ideologia baseia-se então na diferenciação entre guerra e paz, sendo a primeira uma lógica típica da sociedade civil interna, enquanto a segunda refere-se ao emprego externo da coerção. No entanto, essa ideia impede que se enxergue a reprodução da ordem social interna no capitalismo como um estado constante de guerra contra os grupos sociais contrários à sua perpetuação (MCMICHAEL, 2011). Essa lógica de guerra estaria presente na aplicação da lei, no combate ao crime e mesmo na regulação entre das atividades econômicas, ou seja, nas tarefas de policiamento que são executadas nos processos de pacificação (NEOCLEOUS, 2014).

Uma faceta desse fenômeno é também a repressão contra as reivindicações da classe trabalhadora, inclusive nos países desenvolvidos, que vão de encontro com os interesses das classes dominantes. Assim, os grupos sociais e as frações que não foram cooptadas pelas elites dirigentes, são reprimidos pelos aparatos coercitivos do Estado (RIGAKOS, 2016). Entretanto, no caso de países periféricos, a repressão contra esses setores da sociedade civil não advém apenas dos meios estatais, mas também dos paraestatais (ou paramilitares) que atuam em coordenação com as forças policiais e militares para neutralizá-los (STOKES, 2005; AVILÉS, 2017). Dessa forma, a atuação dessas organizações paramilitares também estaria relacionada ao processo de acumulação de capital, ao expropriar os produtores de seus meios de subsistência e reprimir os trabalhadores que reivindicam maiores concessões sociais (HRISTOV, 2014).

Tendo sido aclarados ambos conceitos, é possível identificar suas complementaridades. Em primeiro lugar, tanto hegemonia quanto pacificação trabalham com a ideia de ordem, com o primeiro abordando as ordens internacionais (que assumem a forma de hegemonias) e o segundo, a ordem social interna dos países. Assim, enquanto o conceito de hegemonia focaliza as relações internacionais, o de pacificação refere-se fundamentalmente às relações sociais domésticas. Entretanto, ambos também se preocupam com a outra dimensão, não se detendo apenas no âmbito doméstico ou internacional. Dessa maneira, a hegemonia é vista também como um processo interno de relações entre classes dominantes e subordinadas que passa a envolver as

relações entre diferentes sociedades, levando à criação de uma estrutura de classe a nível internacional – ou transnacional, segundo a abordagem de Robinson (2001; 2005). Por sua vez, a pacificação é um processo que envolve o emprego dos aparatos coercitivos tanto a nível interno, quanto externo, como demonstram as experiências do colonialismo europeu e as guerras imperialistas do século XX, como a intervenção norte-americana no Vietnã.

Portanto, ambos conceitos demonstram uma complementaridade na medida em que, por um lado, a pacificação demonstra como o emprego dos aparatos repressivos do Estado contribuem para a criação e consolidação de uma ordem capitalista interna que é fundamental para a própria existência das relações hegemônicas de poder. Por outro, a consideração da hegemonia possibilita compreender que esse uso da violência pelo Estado – e mesmo por organizações para-estatais – faz parte de um processo internacional mais amplo e que envolve diferentes dimensões. Cabe ressaltar que essa complementaridade só é possível devido à base teórica comum que compartilham, ao compreender as relações de poder no contexto do capitalismo como entre classes sociais com interesses distintos e com o objetivo das dominantes sendo a perpetuação do processo de acumulação.

Desse modo, pode-se dizer que o conceito de pacificação permite que seja melhor entendido o modo como a violência sistemática e organizada executada pelos Estados e outras organizações é importante para a reprodução das relações hegemônicas de poder. Nesse sentido, é possível compreender que, além da criação de instituições que cristalizem a lógica de poder existente e da elaboração de uma ideologia que universalize os interesses das classes dominantes, a construção e reprodução da hegemonia necessita que os aparatos coercitivos do Estado contribuam para a própria construção da ordem interna. Como foi visto, essa construção está, por um lado, relacionada à acumulação primitiva que permite a criação do próprio sistema capitalista e, por outro, a reprodução dessa lógica por meio da criação de uma ordem interna baseada nas relações de troca e produção.

Nesse sentido, o conceito de pacificação informa que o emprego das forças de segurança na constituição das ordens hegemônicas não se dá apenas pela repressão a grupos contrários a esse processo – que por si só possui grande importância –, mas também pela própria fabricação da ordem interna, especialmente nas sociedades periféricas. Assim, a criação de relações entre as forças militares e policiais do Estado hegemônica e do subordinado possui a função de estimular o processo de pacificação através do uso desses elementos nas atividades destrutivas e construtivas de estabelecimento de uma ordem liberal. Assim, as classes dominantes no Estado hegemônico estimulam esse emprego interno das forças repressivas por meio, principalmente, da transferência de tecnologias próprias para esse fim, da realização de treinamentos e exercícios conjuntos, da criação de instituições intergovernamentais sobre o tema de segurança e da criação de uma perspectiva ideológico-doutrinária que enfatiza a criação de determinados inimigos internos e a melhor forma de combatê-los.

No contexto atual de implementação de uma ordem neoliberal, o emprego interno das forças de segurança nos países periféricos têm sido instrumentalizado pelas chamadas “coalizões políticas neoliberais” com o intuito de, por um lado, reprimir ou aniquilar os setores da sociedade civil que se opõem a esse projeto ou que impedem sua realização por meio da geração de instabilidade na ordem interna. Assim, tanto a ação de grupos armados insurgentes e de organizações ligadas ao crime organizado, quanto a ação de grupos sociais não-armados é vista como

potencialmente desestabilizadora e, portanto, passível de emprego dos mecanismos militares e paramilitares de supressão. Por outro lado, esses aparatos coercitivos também usados para a incorporação de populações marginalizadas ao sistema de relações de mercado.

Esse uso das forças de segurança, por sua vez, tem sido estimulado pelas elites políticas do Estado hegemônico, principalmente, pelo estabelecimento de programas de assistência de segurança. Portanto, a lógica da pacificação também se insere na da hegemonia por representar um fenômeno resultante da convergência dos interesses das classes dominantes do Estado hegemônico e dos subordinados. Cabe ressaltar também que a própria atuação dessas forças de policiamento da ordem interna envolve a criação de consenso na sociedade civil por meio do auxílio ao estabelecimento de instituições e de uma ideologia que ajude na reprodução das relações sociais capitalistas. Portanto, há uma sobreposição das dimensões das relações hegemônicas de poder mencionadas por Gill (1983).

A segunda complementaridade de ambos conceitos é o fato de que ambos identificam a sociedade civil como o *locus* central de estabelecimento tanto da ordem hegemônica quanto da ordem interna capitalista. Nesse sentido, enquanto a ideia de hegemonia afirma que esse tipo de relação de poder ocorre por meio da atuação das elites sobre a sociedade civil tanto do país hegemônico quanto dos subordinados, a pacificação enseja que essa atuação sobre a sociedade não inclui apenas os aspectos ideológicos e institucionais, sendo também necessária a ação coercitiva para a própria fabricação da ordem interna. Esse ponto é importante na medida em que autores como Robinson (1996) e Chodor (2015) compreendem que os instrumentos repressivos do Estado são empregados de modo apenas auxiliar na construção de ordens hegemônicas, dado que a elaboração de concepções ideológicas universalizantes e a ação de instituições domésticas e transnacionais são os mecanismos fundamentais nesse processo.

Portanto, ao informar que as forças de segurança, ou seja, os aparatos coercitivos do Estado (e mesmo os paraestatais) são fabricantes da ordem capitalista, os autores ligados ao conceito de pacificação não só permitem uma melhor apreciação dos meios que o Estado dispõe para implementar os projetos políticos das classes dominantes, como também permitem compreender que as relações entre o Estado hegemônico e os subordinados necessariamente vão ensejar a criação de mecanismos de estabelecimento de contato entre as forças de segurança de ambas partes como forma de manter essa hegemonia. Isso porque é por meio desses mecanismos – concretizados na forma de programas de assistência de segurança – que o Estado hegemônico poderá influenciar a forma como as forças de segurança do Estado subordinado atuarão em sua ordem interna para o estabelecimento de uma situação que privilegie seus interesses e que, conseqüentemente, permita a reprodução das relações hegemônicas de poder.

Tendo sido esclarecidos esses pontos de contato e buscado a identificação de complementaridade simbiótica entre os conceitos de hegemonia e pacificação, faz-se necessário aplicá-los a análises empíricas que comprovem seu potencial heurístico para explicar fenômenos sociais. Dessa forma, foram escolhidos os casos da assistência de segurança dos EUA para dois países latino-americanos: Colômbia e México. Partindo da ideia de que a potência norte-americana ocupa uma posição hegemônica no ordenamento regional, a análise de dois dos principais países receptores de seu apoio securitário permite uma compreensão mais clara da existência ou não dos pressupostos que fundamentam a relação entre hegemonia e pacificação.

3 COLÔMBIA: VIOLÊNCIA CONTRAINSURGENTE E CONSTRUÇÃO DA ORDEM INTERNA

Desde a segunda metade da década de 1980, a forma de integração da Colômbia à ordem hegemônica guiada pelos EUA na América Latina consistiu na implementação do projeto político-econômico neoliberal, que se manifestou por meio da desregulamentação do mercado de trabalho, de privatizações de empresas públicas e da maior abertura comercial e ao mercado de capitais (ESTRADA, 2006). Todas essas medidas foram executadas pelas coalizões neoliberais que alcançaram os principais postos da tomada de decisão do Estado colombiano, principalmente a partir da década de 1990. Portanto, ao beneficiar-se desse projeto, as elites políticas e empresariais do país andino trabalharam para a sua manutenção e, conseqüentemente, para a reprodução das condições de hegemonia norte-americana (AVILÉS, 2010).

Concomitantemente à implementação do neoliberalismo no país, seu contexto interno da foi marcado pela intensificação do conflito armado, protagonizado pelas guerrilhas – especialmente, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação da Colômbia (ELN) –, pelos grupos paramilitares – reunidos sob a égide das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) – e pelas forças estatais. Durante esse período, os grupos armados internos avançaram na consolidação de uma dinâmica de controle territorial de áreas marginalizadas, chegando a dominar regiões inteiras da Colômbia, como foi o caso das FARC no leste e sul; do ELN, no oeste e das AUC no norte e oeste do país (VARGAS, 2012). Além disso, esses grupos cresceram em número de combatentes e, no caso das FARC, houve uma evolução da lógica de combate, passando de ações típicas de guerrilha para uma guerra de movimentos, que incluía o emprego de unidades maiores que realizavam combates frontais contra as tropas do Exército (MARTÍNEZ, 2008).

Outro ponto importante na capacidade dessa guerrilha de gerar instabilidade na ordem interna do país andino foram os objetivos estabelecidos por essa guerrilha desde 1993, ou seja, de efetivamente tomar o poder central do Estado colombiano através de uma guerra popular prolongada, de inspiração maoísta (PÉCAUT, 2010). Esse objetivo motivou tanto o crescimento da organização quanto sua inserção nas atividades produção e comercialização de drogas, o que contribuiu para aumentar sua renda. Também é importante mencionar que essas ações armadas ocorreram concomitantemente à resistência de setores da sociedade civil contra as políticas neoliberais, sobretudo lideranças sociais e ambientais, trabalhadores sindicalizados, bem como movimentos camponeses e indígenas (AVILÉS, 2017). É nesse contexto que houve uma intensificação⁶ da assistência colombiana nas décadas de 2000 e 2010.

6 Isso não significa que a assistência de segurança dos EUA para a Colômbia nos períodos anteriores pode ser desconsiderada. Ao contrário, desde a década de 1950, os EUA tiveram grande influência sobre as Forças Armadas colombianas, inclusive na promoção de ações contrainsurgentes, como demonstrado pelo “Plano Laço” (LEAL, 2002).

Apesar de ter sido proposto como um pacote de auxílio à capacidade de combate ao narcotráfico no país, o Plano Colômbia demonstrou ter desde seu início um potencial contrainsurgente, por meio da garantia de apoio tecnológico, financeiro e técnico às forças armadas e policiais colombianas. Mesmo durante os anos que se restringiu oficialmente à ajuda antinarcóticos, entre 2000 e 2002, a diferença entre operações antidrogas e contrainsurgentes não eram muito claras, tendo ficado ainda mais indiscernível a partir de 2003, quando o Congresso dos EUA aprovou que o programa fosse utilizado também para auxiliar as forças armadas no combate aos grupos insurgentes (STOKES, 2005; AVILÉS, 2017). Desse modo, em seu começo, aproximadamente 74% dos recursos do programa foram direcionados para o fortalecimento das forças de segurança do Estado (PIZARRO; GAITÁN, 2006). De modo geral, entre 2001 e 2007, os valores da assistência de segurança norte-americana passaram de US\$229,5 milhões para US\$1,4 bilhão, fazendo com que o país andino se consolidasse como principal receptor do da América Latina e Caribe e um dos maiores do mundo (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021a).

O auxílio estadunidense também contou com importante apoio técnico, uma vez que o número de efetivos militares da Colômbia treinados por instrutores norte-americanos cresceu de 6.300 para 14.408 entre 2001 e 2007 e chegando a totalizar 66.951 indivíduos durante esse período (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021b). Por outro lado, a assistência dos EUA também se deu por meio do fornecimento de armamentos e demais equipamentos militares, cujos valores passaram de US\$ 100,5 milhões para US\$603,5 milhões entre 2001 e 2007, tendo a Colômbia se consolidado como o terceiro maior importador de armamentos dos EUA na região – abaixo, respectivamente, de México e Brasil (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021c). Ademais, grande parte desses equipamentos destinavam-se ao uso interno para operações antidrogas e contrainsurgentes, como helicópteros para apoio aéreo aproximado e para transporte de tropas, embarcações para navegação fluvial e radares terrestres ou a serem acoplados a aeronaves (SIPRI, 2021).

Em termos de resultados, essa assistência contribuiu para o fortalecimento das forças armadas colombianas, o que foi visto tanto na transformação por que passou durante esse período, quanto pelos resultados operacionais apresentados. Desse modo, as Forças Armadas da Colômbia passaram por uma reestruturação organizacional, com a criação de novas unidades, com uma quantidade maior de tropas e voltadas para operações especiais – tal como foi o caso da Brigada Antinarcóticos, que contou com apoio financeiro e técnico dos EUA; da Força Tarefa Conjunta do Sul (também apoiada pelo governo norte-americano) e a Força de Emprego Rápido. Também foi verificada uma modernização tecnológica, com a aquisição de novos equipamentos militares voltados para o enfrentamento às guerrilhas. Além disso, a assistência estadunidense também contribuiu para a adoção de um novo corpo doutrinário, focado na integração entre as três forças, na maior flexibilidade e na realização de ações conjuntas entre Exército, Marinha e Força Aérea (VARGAS, 2012; ROJAS, 2014).

Por sua vez, esse apoio norte-americano à transformação militar colombiana também resultou em uma maior efetividade das tropas no combate às guerrilhas. Dessa forma, entre 2002 e 2010, o número de guerrilheiros das FARC diminuiu de aproximadamente 22.000 para 8.978. Além disso, a guerrilha sofreu sérias perdas em termos de capacidade de controle territorial sobre as áreas do leste e do sul do país. Também deve-se mencionar a perda de grande parte

de seus principais dirigentes devido às operações das Forças Armadas, o que contribuiu para o enfraquecimento da organização. Essas ações se deram por meio da execução do Plano Patriota, no primeiro mandato de Álvaro Uribe (2002-2010), que contou com expressivo apoio norte-americano por meio do Plano Colômbia (PABÓN, 2008).

A partir de 2007, porém, a assistência de segurança dos EUA para a Colômbia mudou de forma. Em vez de centrar-se no apoio às ações coercitivas das forças militares do país andino contra os grupos armados internos, as elites dominantes norte-americanas passaram a focar no suporte às ações de consolidação do controle territorial realizadas pelas instituições de segurança do Estado colombiano em coordenação com agências civis, públicas e privadas. Essa política destinou-se a organizar a tarefa do Estado colombiano de fazer-se presente nas regiões antes sob domínio dos grupos armados. Assim, o Plano Nacional de Consolidação Territorial reuniu instituições ligadas às ações militares, policiais, antinarcóticos, de políticas sociais, justiça e desenvolvimento econômico e institucional do Estado para atuar nas assim chamadas “zonas estratégicas do território nacional”. Por outro lado, além da estabilidade política, um de seus objetivos expressos era a manutenção da “confiança investidora”, ou seja, na propensão de empresas nacionais e transnacionais de continuar a investir nessas áreas (PALOU; ARIAS, 2009).

Instituições norte-americanas, como o Comando Sul (SOUTHCOM, em inglês), a Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID, em inglês) e o Gabinete de Assuntos Internacionais de Aplicação da Lei e Narcóticos (INL, em inglês) ajudaram na execução dessa política por meio tanto de apoio financeiro, quanto por treinamento das forças de segurança. Além da própria influência do SOUTHCOM na elaboração do conceito de “consolidação”, empregado pelo governo colombiano, a USAID apoiou financeiro o fortalecimento do Centro de Coordenação de Ação Integral, que foi responsável pela execução dessa política (ROJAS, 2014). A própria doutrina da Ação Integral foi elaborada com base na experiência da OTAN na década de 1990 e estava relacionada com a reconstrução de territórios recém-saídos de conflitos armados (CASTILLO; NIÑO, 2016).

Para além disso, a USAID foi uma instituição-chave na elaboração e execução dessa fase “construtiva” da assistência de segurança dos EUA. Isso porque, por meio de sua atuação, foram captados recursos privados para serem investidos nas áreas consideradas prioritárias pelo governo colombiano. Assim, foram criadas duas principais iniciativas por essa agência com essa finalidade: a primeira foi a Iniciativa de Desenvolvimento Estratégico da Colômbia, realizada entre 2009 e 2013 e que reuniu um montante de aproximadamente US\$740 milhões em iniciativas de promoção à reconstrução socioeconômica e política dessas zonas, financiadas fundamentalmente por empresas transnacionais e organizações não-governamentais (UNITED STATES OF AMERICA, 2013).

A outra iniciativa foi Estratégia de Cooperação de Desenvolvimento do País, implementada entre 2014 e 2020, que também envolveu a sistematização de investimentos privados para a realização de projetos socioeconômicos e políticos nas áreas determinadas pelo Plano Nacional de Consolidação Territorial (UNITED STATES OF AMERICA, 2014a). Além disso, nesse período, o governo norte-americano também criou o Plano Paz Colômbia, em 2016, a fim de substituir o Plano Colômbia. Essa iniciativa contou com a transferência de US\$391,3 milhões para ações de aumento da presença estatal e inclusão social; erradicação de cultivos ilícitos; apoio à Polícia Nacional e reforma judiciária; treinamento de efetivos de outros países por técnicos

colombianos e treinamento para as Forças Armadas do país andino (BEITTEL, 2019). Portanto, apesar dessa nova mais ter sido voltada para o caráter “construtivo” da assistência estadunidense, a dimensão “destrutiva”, ou seja, o emprego repressor das forças de segurança, continuou a ter um papel relevante.

Portanto, o caráter da assistência de segurança dos EUA para a Colômbia no período pós-Guerra Fria, especificamente durante as décadas de 2000 e 2010, aponta para a existência de um processo de pacificação, voltado concomitantemente à eliminação dos atores sociais contrários ao projeto político-econômico executado pelas coalizões políticas neoliberais e à reconstrução das relações de mercado e de uma ordem interna favorável à reprodução do processo de acumulação. Por outro lado, esse processo contribuiu para a perpetuação da hegemonia norte-americana sobre a América Latina, uma vez que permitiu a ampliação da influência dos capitais transnacionais sobre áreas antes inacessíveis devido às atividades insurgentes e a incorporação das populações desses territórios na lógica das relações socioeconômicas capitalistas, de recorte neoliberal e que tem sido a base da hegemonia estadunidense na região (CHODOR, 2015; BIEGON, 2017).

4 MÉXICO: GUERRA ÀS DROGAS COMO INSTRUMENTO DE PACIFICAÇÃO INTERNA

As coalizões neoliberais alçaram os principais postos de comando do Estado mexicano a partir da década de 1980, incentivando um amplo programa de reformas estruturais, baseados nos princípios do livre mercado e da desregulamentação do trabalho, além da aproximação comercial e política com os EUA, concretizada com a criação da Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA, em inglês). Essas políticas levaram à mobilização de diversos setores da sociedade civil, tanto via movimentos políticos e sociais armados quanto não-armados. No segundo caso, entre a segunda metade da década de 1990 e a primeira de 2000, foi visto o surgimento de grupos insurgentes, com destaque para o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) e o Exército Popular Revolucionário (EPR) (LAURELL, 2015).

Por sua vez, a existência desses grupos levou à criação de grupos paramilitares apoiados pelas elites políticas locais ligadas ao Partido Revolucionário Institucional (PRI)⁷, membros das Forças Armadas e das polícias, tais como o *Paz y Justicia* e *Los Chinchulines*, que tinham como principal objetivo combater as insurgências e neutralizar os setores sociais mobilizados (OLNEY, 2011). Além desses fatos, a partir da década de 1990 – e sobretudo na de 2000 – o México também foi palco de um grande aumento da violência interna, devido às competições entre os cartéis de drogas e entre estes e o Exército e as Forças Armadas (ÁLVAREZ; LANDÍNEZ; NIETO, 2011). Dessa forma, a ordem social interna mexicana passou por um período de significativa instabilidade, o que acabou por gerar disfuncionalidades para a continuação das relações de mercado e, conseqüentemente, para a reprodução do processo de acumulação.

7 O PRI foi o partido dominante no sistema político colombiano entre 1929 e 2000.

Nesse contexto, as elites políticas mexicanas intensificaram a aproximação com os EUA na área de segurança, particularmente, a partir do governo de Vicente Fox (2000-2006). Nesse período, houve um acercamento entre as Forças Armadas mexicanas e as norte-americanas por meio do Comando Norte dos EUA (NORTHCOM, em inglês). Também foram criadas iniciativas de cooperação, como a Aliança para a Segurança e a Prosperidade da América do Norte (ASPAN, em espanhol) e os 22 acordos de “Fronteiras Inteligentes”, pelas quais o governo mexicano permitiu o aumento do número de militares mexicanos treinados por técnicos norte-americanos e estreitou as relações com as agências de segurança dos EUA, principalmente as pertencentes ao setor de inteligência (BENÍTEZ, 2008).

Entretanto, o principal mecanismo de aproximação entre os dois países e maior programa de assistência de segurança da história das relações bilaterais foi a Iniciativa Mérida, criada em 2007 e executada a partir de 2008, em uma coordenação entre os governos de Felipe Calderón (2006-2012) e George W. Bush (2001-2009). Esse programa foi largamente baseado no Plano Colômbia, tendo também contado com o apoio de parte das elites políticas e empresariais (sobretudo de setores extrativistas, como mineração e produção de petróleo) dos EUA e da país latino-americano (AVILÉS, 2017). Além disso, envolveu ajuda militar em larga escala durante um período menor de tempo.

Ele foi concebido para garantir um maior nível de estabilidade interna no território mexicano, focando no combate ao narcotráfico e, em certa medida, à imigração indocumentada. Inicialmente projetado para ser um ajuda de três anos com o montante de US\$ 1,4 bilhão para o México e US\$ 50 milhões para a América Central, sua ênfase recaía no apoio aos ao sistema de inteligência e à modernização tecnológica das forças de segurança do país (incluindo Forças Armadas e Polícia Federal). Formalmente, o discurso por detrás do programa enfatizava três objetivos principais: combate ao narcotráfico, terrorismo e segurança fronteiriça; segurança pública e aplicação da lei e construção institucional do Estado de Direito (CHABAT, 2010).

Por sua vez, a Iniciativa Mérida foi combinada com os esforços das elites políticas mexicanas de combater os focos de instabilidade no país que, a partir de 2006, basearam-se na intensificação do emprego das Forças Armadas (sobretudo o Exército) para exercer funções de segurança pública. Assim, nesse mesmo ano, forem empregados 18.000 militares e 88 aeronaves para operações de erradicação e 12.000 efetivos, 88 aeronaves e 241 embarcações para operações de interceptação (MENDOZA, 2016). Concomitantemente a esse uso massivo do aparato militar para combater os cartéis de drogas, foi levada a cabo uma transformação militar para garantir maior capacidade operacional para as Forças Armadas – processo esse que contou com apoio dos EUA, em termos técnicos, doutrinários e tecnológicos através da Iniciativa Mérida (BENÍTEZ; RODRÍGUEZ, 2009).

Em termos de apoio técnico, a assistência de segurança dos EUA envolveu o treinamento de militares mexicanos por instrutores norte-americanos, cuja variação foi de 564 para 619 entre 2000 e 2007 e, depois da aprovação da Iniciativa Mérida, passou de 970 para 2.627 entre 2008 e 2012 (último ano da administração Calderón), com o México chegando a ser segundo país com maior número de efetivos treinados por técnicos estadunidenses na América Latina e Caribe – atrás apenas da Colômbia (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021a). Por sua vez, em termos de transferência de recursos para financiamento do setor de segurança, os valores variaram de US\$ 22,8 milhões para US\$ 56 milhões entre 2000 e 2007 e, entre

2008 e 2012, cresceram de US\$ 174,9 milhões para US\$ 346,4 milhões – alcançando o posto de segundo maior receptor de ajuda de segurança dos EUA na região, depois da Colômbia (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021b).

Ademais e tal qual no caso do país andino, a assistência de segurança dos EUA para o México envolveu apoio à modernização tecnológica de suas Forças Armadas e policiais, através do fornecimento de armamentos e demais equipamentos militares. Nesse sentido, entre 2000 e 2007, foi verificado um aumento nos valores de armamentos importados dos EUA, passando de US\$ 226,2 milhões para US\$ 2 bilhões e, entre 2009⁸ e 2012, a variação foi de US\$ 2,7 bilhões para US\$ 3,9 bilhões – o que fez com que o México se configurasse como o principal receptor de armamentos norte-americanos da região (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021c). No que se refere ao tipo de material fornecido ao país, em sua maior parte, consistiu em aeronaves (principalmente helicópteros), embarcações de médio porte, veículos blindados e radares para serem acoplados a aeronaves e também para serem utilizados na construção do sistema nacional de vigilância aérea (SIPRI, 2021).

Também de maneira semelhante ao caso da Colômbia, a partir do final do governo Bush e, principalmente, durante a administração de Barack Obama (2009-2017), foi evidenciado um foco mais direcionado para uma abordagem mais construtiva das forças de segurança mexicanas, focada não apenas no combate ao narcotráfico e à imigração indocumentada, mas também na reconstrução das populações afetadas pela violência do crime organizado. Essa mudança se tornou perceptível a partir da mudança na própria Iniciativa Mérida – o que passou a ser chamado de “segunda fase” do programa. Em termos discursivos, essa nova etapa foi fundamentada em quatro pilares: Combate aos Grupos Criminosos Organizados; Institucionalização das Reformas para Sustentar o Estado de Direito; Criação de uma Fronteira do Século XXI e Construção de Comunidades Fortes e Resilientes (SEELKE; FINKLEA, 2017).

Enquanto os dois primeiros pilares consolidavam a tendência de apoio ao uso das forças coercitivas do Estado mexicano no combate à instabilidade provocada pelo crime organizado transnacional, bem como pelo elevado fluxo de imigrantes indocumentados, o terceiro e quarto apontavam para uma ênfase no uso das forças de segurança como instrumento para garantir a inclusão das populações das áreas afetadas pela ação dos cartéis de drogas na lógica de mercado. Nesse sentido, entre 2014, a USAID e o INL implementaram 445 projetos no âmbito da Iniciativa Mérida. A maior parte das ações realizadas pelo INL foi direcionada para apoiar a reforma do sistema de justiça criminal do país; aumentar a segurança de fronteiras e portos; profissionalizar as forças policiais e dar suporte às atividades antinarcóticos (UNITED STATES OF AMERICA, 2020).

Por outro lado, os recursos captados pela USAID – em sua grande maioria privados – foram alocados para as categorias de aplicação da lei, respeito aos direitos humanos, transparência governamental e prevenção do crime e da violência. Nessa última foram realizados 20 projetos estimados em cerca de US\$ 70 milhões, financiados por ONGs, empresas transnacionais e recursos públicos (UNITED STATES OF AMERICA, 2020). Além disso, a agência também elaborou uma Estratégia de Cooperação de Desenvolvimento do País para o México, a ser executada

8 Aqui foi escolhido o ano de 2009 como referência porque o valor referente ao ano de 2008 pode ser considerado diferente dos demais, uma vez que nesse ano o volume de equipamentos importados dos EUA foi expressivamente maior que nos demais anos, tendo chegado a US\$ 4,5 bilhões (SECURITY ASSISTANCE MONITOR, 2021c).

também entre 2014 e 2018, que ajudou a desenvolver programas de estímulo ao desenvolvimento socioeconômico em áreas marginalizadas do país, com recursos provenientes de ONGs, fundos do Partido Republicado e do Partido Democrata dos EUA e de empresas transnacionais de engenharia, consultoria, tecnologia da informação, dentre outros setores (UNITED STATES OF AMERICA, 2014b).

Portanto, assim como no caso colombiano, a assistência de segurança dos EUA para o México também obedeceu a uma lógica de pacificação, sendo identificadas tanto uma dimensão “destrutiva” quanto “construtiva”, apesar de, temporalmente, a primeira ter recebido maior ênfase na primeira fase de apoio estadunidense, entre 2000 e 2012 e a segunda ter sido mais enfocada na segunda fase, entre 2012 e 2018. Nesse sentido, esse processo de pacificação atendeu aos interesses tanto das elites políticas norte-americanas quanto de suas contrapartes mexicanas, na medida em que garantiu um mínimo de estabilidade no país – não obstante os números ainda elevados de violência –, permitindo que a acumulação de capital continuasse a se reproduzir. Simultaneamente, esse processo tem garantido a incorporação de parcelas marginalizadas da população à lógica das relações de troca e de produção, típicas de uma sociedade de mercado e, neste caso, guiada por uma racionalidade neoliberal.

Ao seu turno, a pacificação da sociedade mexicana tem garantido a perpetuação da hegemonia norte-americana, na medida em que elimina setores desestabilizadores da ordem interna (e, conseqüentemente, impeditivos para a perpetuação do processo acumulativo) e permite a continuação da reestruturação da sociedade sob a lógica do mercado e da concorrência, típicas de uma sociedade guiada pelo neoliberalismo. E isso ocorre pela criação tanto de instituições políticas, quanto de mecanismos ideológicos para a geração de consenso e, assim, de adesão dos diversos setores sociais ao projeto político-econômico das elites norte-americanas e mexicanas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se realizar uma complementaridade entre o conceito de hegemonia, segundo desenvolvido pelos autores ligados à Teoria Crítica das Relações Internacionais (RI), especificamente os pertencentes à tradição neogramsciana e o de pacificação, conforme elaborado pelos teóricos dos Estudos Críticos de Segurança (ECS), particularmente os que embasam seus trabalhos na abordagem do materialismo histórico. Essa relação entre os dois conceitos foi possível pelo fato de, por um lado, partirem de bases teóricas e ontológicas semelhantes, incorporados pela tradição marxista da Economia Política Internacional (EPI) e, por outro, serem complementares em seus objetos de análise. Dessa forma, uma vez que o conceito de hegemonia apreende os fenômenos internacionais (a criação de ordens hegemônicas) e que a ideia de pacificação compreende a fabricação de uma ordem social interna aos países, depreende-se que, o primeiro permite explicar a lógica por detrás do segundo e, ao mesmo tempo, a pacificação informa o modo como os aparelhos coercitivos do Estado permitem a construção de uma ordem hegemônica.

Para aplicar essa combinação foram escolhidos os casos da assistência de segurança dos EUA para Colômbia e México no período pós-Guerra Fria, partindo-se da premissa estabelecida por Chodor (2015), Avilés (2017) e Biegon (2017) de que o sistema regional latino-americano é

baseado em relações hegemônicas de poder, centradas nos EUA. Dessa forma, buscou-se compreender como a assistência de segurança estadunidense, ao apoiar o processo de pacificação interna nesses países, ajudou a perpetuar a hegemonia dos EUA ao ajudar a eliminar os setores da sociedade – sobretudo os mais radicais – que se opunham ao projeto político-econômico neoliberal e, também, ao incorporar as populações afetadas pelo conflito armado colombiano e pela violência ligada ao crime organizado mexicano à lógica das relações de troca e de produção de uma economia capitalista.

Portanto, entende-se aqui que ambos conceitos possuem complementaridades, permitindo que a complementaridade almejada contribua para um entendimento mais completo da EPI, ao incluir na abordagem crítica sobre o conceito de hegemonia uma maior compreensão sobre os papéis dos aparatos coercitivos do Estado. Ademais, esse esforço de desenvolvimento conceitual também foi passível de ser aplicado no caso das relações dos EUA com Colômbia e México. Desse modo, a identificação dessa simbiose também pode ajudar a explicar as interações entre a potência norte-americana e os países latino-americanos de maneira mais geral.

No mais, é preciso dizer que este trabalho não se propôs a esgotar a discussão sobre o tema, antes buscando avançar na discussão sobre o entendimento do pensamento de Robert Cox e a compreensão da EPI. Por fim, também importa afirmar que a hegemonia norte-americana na América Latina não é algo específico do século XXI, tendo sido criada, consolidada e desenvolvida ao longo do século XX, fazendo, portanto, parte de um contexto histórico mais amplo – que também incluía práticas coercitivas. Entretanto, optou-se por restringir a análise ao período atual, buscando compreender como os dois conceitos fornecem elementos para a compreensão da dinâmica atual.

REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ, C.; LANDÍNEZ, J.; NIETO, J. (2011). Historia de las Fuerzas Armadas de México. In: **Fuerzas Armadas en la política antidrogas: Bolivia, Colombia y México**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. p. 75–108.
- AVILÉS, W. (2017). **The drugwar in Latin America: hegemony and global capitalism**. New York: Routledge.
- _____. (2010). **Globalization and Military Power in the Andes**. New York: Palgrave Macmillan.
- BEITTEL, J. S. (2019). **Mexico: organized crime and drug trafficking organizations**. Washington, D.C: Congress Research Service.
- BENÍTEZ, R. (2008). La seguridad nacional en la indefinida transición: mitos y realidades del sexenio de Vicente Fox. **Foro Internacional**, /S. I/, v. 48, n. 1-2, p. 184–208.
- BENÍTEZ, R.; RODRÍGUEZ, A. A. (2009). Iniciativa Mérida, seguridad nacional y soberanía. In: VELÁSQUEZ, R. F.; PRADO, J. P. L.. **La Iniciativa Mérida: ¿Nuevo paradigma de cooperación entre México y Estados Unidos en seguridad?**. México, D.c.: Universidad Autónoma de México, p. 37-54.
- BIEGON, R. (2017). **US Power in Latin America: renewing hegemony**. New York: Routledge.

- CASTILLO, A.; NIÑO, C. A. (2016). La Doctrina de Acción Integral como política de seguridad en el posconflicto armado en Colombia. In: NIÑO, César Augusto (Comp.). **Perspectivas y prospectivas de la seguridad en Colombia**. Bogotá: Universidad Santo Tomás, p. 121-148.
- CHABAT, J. (2010). **Combatting Drugs in Mexico under Calderon: the inevitable war**. /S. /: CIDE.
- CHODOR, T. (2015). **Neoliberal hegemony and the Pink Tide in Latin America: breaking up with TINA?** New York: Palgrave Macmillan.
- COX, R. W. (1983). Gramsci, hegemony and International Relations: an essay in method. **Millennium: Journal of International Studies**, n.1., v. 12, n. 2, p.162-175.
- _____ (1981). Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millennium**, /S. /, v. 10, n. 2, p. 126-155.
- ESTRADA, J. (2006). Orden neoliberal y reformas estructurales en la década de 1990. **Ciencia Política**, /S. /, p. 141-178.
- GILL, S. (1983). Hegemony, consensus and Trilateralism. **Review of International Studies**, /S. /, v. 12, n. 1, p.205-221.
- HRISTOV, J. (2014). **Paramilitarism and neoliberalism: violent systems of capital accumulation in Colombia and beyond**. London: Pluto Press.
- LAURELL, A. C. (2015). Three Decades of Neoliberalism in Mexico. **International Journal of Health Services**, /S. /, v. 45, n. 2, p. 246-264.
- MARTÍNEZ, A. F. (2008). **FARC: Dinámica Reciente de la Guerra**. Bogotá: Fundación Ideas Para La Paz.
- MARX, K. (2017). **O Capital**. São Paulo: Boitempo.
- MCMICHAEL, C. (2011). Pacification and police: A critique of the police militarization thesis. **Capital & Class**, /S. /, v. 41, n. 1, p. 115-132.
- MENDONÇA, T. C. (2020). O nexos entre segurança e desenvolvimento: uma análise sobre pacificação e políticas excepcionais de segurança no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, /S. /, v. 9, n. 17, p. 273-298.
- MENDOZA, A. (2016). Operaciones del Ejército Mexicano contra el tráfico de drogas: revisión y actualidad. **Revista "Política y Estrategia,"** /S. /, n. 128, p. 17-53.
- NEOCLEOUS, M. (2014). **War power, police power**. /S. /: Edinburgh University Press.
- _____ (2011). "A Brighter and Nicer New Life": Security as Pacification. **Social & Legal Studies**, /S. /, v. 20, n. 2, p. 191-208.
- _____ (2000). **The Fabrication of Social Order: a critical theory of police power**. London: Pluto Press.
- OLNEY, P. (2011). Desafíos. **Desafíos**, v. 23, n. 2, p. 83-121.
- PABÓN, N. (2008). El papel de las Fuerzas Armadas Colombianas en la política antinarcóticos (1998-2006). In: **El papel de las Fuerzas Armadas en la Política Antidrogas Colombiana (1985-2006)**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, p. 144-176.
- PALOU, J. C.; ARIAS, G. (2009). **Balance de la Política Nacional de Consolidación Territorial**. Bogotá: Fundación Ideas para la Paz (FIP).
- PIZARRO, E.; GAITÁN, P. (2006). Plan Colombia and the Andean Regional Initiative: Lights and shadows. In: LOVEMAN, Brian. **Addicted to failure: U.S. security policy in Latin**

- America and the Andean region. Maryland: Rowman & Littlefield, p. 53-79.
- RIGAKOS, G. (2016). **Security/Capital: a general theory of pacification**. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- ROBINSON, W. I. (2005). Gramsci and Globalisation: From Nation-State to Transnational Hegemony. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, *[S. l.]*, v. 8, n. 4, p. 559–574.
- _____ (2001). Social theory and globalization: The rise of a transnational state. **Theory and Society**, *[S. l.]*, v. 30, p. 157–200.
- _____ (1996). **Promoting Poliarchy: globalization, us intervention, and hegemony**. Cambridge: Cambridge University Press.
- ROJAS, D. M. (2014). **El Plan Colombia: la intervención de Estados Unidos en el conflicto armado colombiano (1998-2012)**. Bogotá: IEPRI.
- RUPERT, M. (2000). **Producing hegemony: the politics of mass production and American global power**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SECURITY ASSISTANCE MONITOR (2021a). **U.S. Security Aid to Latin America**. Disponível em: <<http://securityassistance.org/data>>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- _____ (2021b). **Latin America Trainees Pivot Table**. Disponível em: <<https://bit.ly/2KjKQm1>>. Acesso em: 21 mai. 2021.
- _____ (2021c). **Latin America Arms Sales**. Disponível em: <<https://bit.ly/2KjKQm1>>. Acesso em: 21/05/21.
- SEELKE, C.; FINKLEA, K. (2017). **US-Mexican security cooperation: the Merida Initiative and beyond**. Washington, D.C: Congress Research Service.
- STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (2021). **Transfers of major weapons: Deals with deliveries or orders made for 1998 to 2017**. Solna: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI).
- TILLY, C. (1996). **Coerção, capital e estados europeus 990-1992**. *[S. l.]*: São Paulo Edusp.
- UNITED STATES OF AMERICA (2020). **U.S. assistance to Mexico: State Department Could Improve Its Monitoring of Mérida Initiative Projects**. Washington, D.C.: General Accounting Office (GAO).
- _____ (2014a) **Colombia Country Development Cooperation Strategy 2014-2018: a path to peace**. Washington, D.C: USAID.
- _____ (2014b) **Mexico Country Development Cooperation Strategy 2014-2018**. Washington, D.C.: USAID.
- _____ (2013) **Colombia program at-a-glance**. Washington, D.C: USAID.
- VARGAS, A. (2012). **Las Fuerzas Armadas en el Conflicto Colombiano: Antecedentes y Perspectivas**. Medellín: La Carreta Política.
- WEBER, M. (2004). **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB. v. 2.